

A NARRATIVIDADE DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO FORMAL PIAUIENSE, ENTRE OS ANOS DE 1930-1960

Roberto Kennedy Gomes Franco¹

A narração é uma forma artesanal de comunicação [...] o passado revelado desse modo não é o antecedente do presente, é a sua fonte [...] Entre o ouvinte e o narrador nasce uma relação baseada no interesse comum em conservar o narrado que deve poder ser reproduzido [...] A história deve reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxados por outros dedos [...] o narrador está presente ao lado do ouvinte. Suas mãos, experientes no trabalho, fazem gestos que sustentam a história, que dão asas aos fatos principiados pela sua voz. Tira segredos e lições que estavam dentro das coisas, faz uma sopa deliciosa das pedras do chão, como no conto da Carochinha. A arte de narrar é uma relação alma, olho e mão: assim transforma o narrador sua matéria, a vida humana.

Ecléa Bosi (1994, p.88-90)

Para uma melhor contextualização acerca de nossa investigação histórica sobre as narrativas do processo de escolarização formal piauiense, entre os anos de 1930-60, faz-se necessário uma reflexão breve sobre a própria emergência histórica do pós-30 brasileiro. Neste sentido a oralidade e sua interlocução com fontes diversas como (Jornais de Época, Mensagens Governamentais, Livros Didáticos, Dados Estatísticos do I.B.G.E, Leis e Decretos) foram recursos essenciais, pois o cruzamento de informações acrescentou em muito a elucidação de muitas questões.

O caminho escolhido para o traquejo dos relatos orais gerou uma forte inquietação, visto que o desejo maior de nossa metodologia, era não querer dar voz aos entrevistados, mas focá-los à luz da pesquisa durante a narração histórica, levando em consideração a voz e o sentimento de cada um para que fossem externadas suas singulares e inéditas experiências sobre a cultura escolar piauiense. Para tanto, haveria de tentar-se não aplicar indutivamente suas falas ao corpo do texto como simples citação; cada relato narrado é uma experiência histórica singular e sócio-cultural acerca da escola pública no Estado do Piauí.

Sobre o processo de narração, Walter Benjamin (1994, p.198), afirmava que:

¹ Professor Adjunto da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Graduado em História (UFC); Mestre em Ciências da Educação (UFPI); Doutor em Educação Brasileira (UFC). Coordenador do GEMPI Grupo de Estudos Marxistas Piauiense; Diretor Sindical, ADCESP, Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Piauí – UESPI; Coordenador do Comitê Memória Verdade e Justiça de Parnaíba/PI. E-mail: kennedyfranco@hotmail.com.

A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são aquelas que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos.

A História da Educação Piauiense vive nas memórias dos professores; mestres que dia a dia debatem-se com as adversidades, angústias e vitórias do processo ensino-aprendizagem. Eles enfrentaram desafios em seus contextos específicos que, para muitos, nem mesmo preparados estavam. Tendo em vista esta experiência coletiva que se fez e refez, coloca-se a necessidade de ouvirmos seus inéditos depoimentos.

Acerca das gravações, utilizamos o referencial de Paul Thompson (1992), Antônio Torres Montenegro (1992). Buscamos interferir o mínimo possível ao longo dos depoimentos; iniciávamos sempre fazendo uma regressão pessoal do depoente à suas origens paternas e maternas e, seguindo a linha de vida dos mesmos, procurávamos trilhar as pegadas sobre a relação dele com a questão educacional; em tese, as histórias de vida se confundiam com a própria emergência historiográfica das escolas.

O momento das entrevistas foi cercado de pura magia e beleza, os depoimentos, as gravações, a transcrição apenas apontam a verdadeira catarse em ebulição no momento das falas, que não eram apenas falas, eram gestos, expressões faciais, mãos inquietas, trêmulas, suadas e frias, lágrimas, sorrisos e silêncios, onde a subjetividade e a emoção ocupam o lugar da objetividade e da razão.

Avassaladoramente somos reportados ao universo do cotidiano escolar, imaginando aquelas informações relatadas em seu próprio movimento e, em determinados momentos era preciso parar, respirar, tomar água, café para, recomposta a energia, reiniciarmos. Idosos sensíveis por suas vidas e estado de saúde, alguns tinham dificuldades e o ritmo era determinado pelos entrevistados e, nestas pausas, o inesperado aconteceu: foram revelações ao pé do ouvido gerando conexões com novas informações, indícios e vestígios da memória. A lembrança é um mistério inesperado e cheio de detalhes.

Para Ginzburg (1989, p.144-145) são nestes detalhes que o desenrolar histórico se desvela em sua profundidade. Para ele é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis e os indícios imperceptíveis para a maioria.

O ato de lembrar e re-lembrar é como um baú de mistérios, como um poço sem fundo nunca se chegando ao final e nem ao conhecimento total, tornando o momento do rememorar como algo inesperado.

Conquistar a confiança, transmitir segurança e, ainda ser receptáculo das informações dos depoentes, é uma atividade laboriosa, tendo em vista o fervilhar de

informações sobre um tempo vivido e “esquecido” ao mesmo tempo pela memória e, agora trazido à tona pelas reminiscências. Para tanto foram necessárias leituras sobre a época, sobre o contato com outras fontes como área de conexões entre uma lembrança e outra, isso sem falar que, também enquanto sujeito, estamos integrados em um outro fazer histórico-social.

Bosi (1994, p.75, 82, 83), comenta ainda que:

Integrados em nossa geração, vivendo experiências que enriquecem a idade madura, dia virá em que as pessoas que pensam como nós irão se ausentando, até que poucas, bem poucas ficarão para testemunhar nosso estilo de vida e pensamento. Os jovens nos olharão com estranheza, curiosidade; nossos valores mais caros lhes parecerão dissonantes e eles encontrarão em nós aquele olhar desgarrado com que, às vezes, os velhos olham sem ver, buscando amparo em coisas distantes e ausentes [...] um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la, é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual.

Tudo isso deve permear todo e qualquer trabalho que opte pelo relato oral de vida como ferramenta de investigação histórica. A consideração maior para o fato de nossa investigação histórica, nossa narrativa, foi fomentada pelas lições da etnografia, onde as práticas e as representações educativas norteiam a emergência desta historiografia, melhor que falar, escrever ou comentar os relatos orais, é ouvir através do recurso narrativo os relatos daqueles que viram e ouviram o nascimento de uma nova cultura escolar no Piauí.

A proclamação da República no Brasil foi por muitos, considerada um marco de modernidade, trazendo “mudanças” significativas para a sociedade. As “mudanças” ocorridas durante o período republicano foram de ordem econômica, social, política e cultural, que se caracterizam mais como reformas sociais, pois na esfera econômica, por exemplo, prevalece o modelo agrário-exportador dependente, característica esta alterada somente a partir da década de 1930.

No campo educacional esfera que compõe o fazer social, também podemos observar mudanças, pelo menos no âmbito legal com a pretensão de democratização do ensino público primário e o repensar da própria formação docente.

Nesse sentido Sérgio Celani Leite (1999, p. 27) afirma que:

Confrontando setores antagônicos, como o agrário exportador versus urbano-industrial, a República Velha pretendeu a inserção do Brasil na modernidade do século XX, buscando no processo escolar a fonte de inspiração para esse salto qualitativo.

A “República Educadora” estabeleceu a escolarização como a alavanca para o progresso, criando na sociedade brasileira da época um novo projeto de vida [...]

Sobre tal dinâmica no Estado do Piauí, Maria do Amparo Borges Ferro (1996, p. 35) coloca que:

Nesta conjuntura geral, o setor educacional como parte constitutiva desta totalidade, influenciando e recebendo influencia do todo, também se apresenta como um momento de ebulição e inquietação. O período em estudo foi fértil, e estudantes e intelectuais, formal e informalmente, discutiam a educação. Aconteceram debates sobre o assunto e campanhas públicas foram organizadas. [...] Uma das bandeiras de luta dos republicanos era a democratização da educação, com incremento das ofertas de oportunidades educacionais.

Assim os grandes “entraves” ao desenvolvimento brasileiro passaram por constantes e intensas discussões, e entre eles o processo de escolarização formal.

Fazia-se urgente que as pessoas tivessem um estudo mais avançado, principalmente no que concernia à escrita, ao cálculo e a leitura, porque estes instrumentos de eram importantes como uma forma de adequação ao que era exigido naquele momento, até mesmo para poder desempenhar funções que a modernidade exigia.

Entretanto, perdurou um dualismo educacional, onde ao mesmo tempo observamos um enorme contingente de analfabetos e o desenvolvimento industrial ainda tímido que o país atravessava, eram problemas crônicos existentes no início do século XX.

Com o começo da República, segundo Pedro Vilarinho Castelo Branco (1996, p.58):

[...] novas perspectivas sociais que surgiam com o crescimento econômico e a urbanização tornam-se campo fértil para idéias novas que iam de encontro às concepções tradicionais e conservadoras. Essas novas correntes de pensamento queriam, entre outras coisas, implantar uma nova postura perante a educação da mulher, visando não à emancipação feminina mas a dar a elas melhor preparo para que pudessem exercer com mais competência suas funções de esposa e mãe.

A pressão por um investimento mais sistemático em educação era justificada pelo atraso brasileiro frente aos países mais ricos.

A ideia do progresso impregnava os discursos de uma forma geral. A comparação com os outros países não favorecia uma boa imagem do Brasil. A Educação Escolar no Piauí e nas cidades de Teresina e Esperantina, em particular, era realizada dentro do espaço doméstico das abastadas e tradicionais famílias, onde se possibilitava às mulheres algumas noções básicas das primeiras letras, da escrita e de cálculos elementares, entre outros poucos ensinamentos que eram a elas fornecidos por meio de aulas particulares.

A este respeito, a narrativa da professora Isabel Rosina de Oliveira, diz o seguinte:

[...] Comecei a estudar com dois anos de idade, eu não tinha idade mas eu chorava. [...] ai ele deixava eu ir. Depois veio outro professor, mas ai eu já tava grandinha, o professor era particular e muito carrasco [...] era o professor Raimundo, depois veio meu professor, esse era bom, o professor Nonato ele era cearense, então eu larguei de estudar com ele, eu já tinha 12 anos. Ele foi transportado para a Boa Vista do Morro, depois veio a Maria José, mas ela era muito analfabeta, oh meu Deus!!! Ela custou muito a sair daqui, eu tinha 15 anos nesta data.

As aula eram ali pertinho do Miguel Cará, em uma casa lá, então depois fizeram esse grupo ai [...]

Com a professora Maria José eu estudei até a 3ª série, eu tinha talvez uns 14 anos...

Ela ensinava assim: adoidado, era uma coisa assim misturada, ela ensinava os analfabetos e ia até a 4ª série, tudo misturado, tinha livro, mas [...] então eu mudei para outro professor particular [...]

Queiroz (1998, p.72) nos relata que:

As condições da instrução pública não se alteraram substancialmente do Império para a República – tanto do ponto de vista material, como no que concerne às interferências políticas no exercício da profissão de professor. [...] professores semi-analfabetos; concursos em geral fraudulentos; ordenados miseráveis e freqüentemente atrasados; inexistência de prédios escolares e de verba suficiente para o aluguel de salas de aulas; perseguições políticas exercidas pelos inspetores escolares; inexistência de material didático; exonerações e substituições devidas unicamente a critérios da política partidária. Não é possível deixar de referir-se à incipiente urbanização, às distâncias a percorrer pelos alunos até alcançar a aula primária e à própria condição das crianças, doentias, maltrapilhas, descalças e sem livros’, segundo uma das descrições do período.

A partir do primeiro decênio do século XX a ação da Escola Normal Oficial traz mudanças significativas para a educação piauiense. O Ensino Normal oficial vai aparecer no

Piauí, tanto no interior quanto na Capital, entre os anos de 1910 a 1930, Teresina, Parnaíba e Floriano, respectivamente, quando as normalistas passam a substituir os professores leigos aumentando significativamente a quantidade de professoras na rede oficial de ensino, no entanto, é necessário destacar que permanece presente ainda, a figura do mestre-escola e do professor leigo.

QUEIROZ (1998, p.73) acerca disso coloca que:

Com a saída da primeira turma da Escola Normal Oficial, em 1912, tem início a progressiva substituição dos professores primários do sexo masculino pelas normalistas, num movimento que vai culminar com a total destinação do ensino primário à ação da mulher.

A Escola Normal Oficial e sua estrutura curricular contribuíram fortemente para a feminização do magistério piauiense. Buscando atender a uma necessidade do próprio Estado, no que se refere à incorporação das normalistas à rede oficial de ensino, entre 1910 e 1930, em substituição aos professores leigos, momento em que o Estado assume uma posição de responsabilidade maior pelo ensino público.

Portanto podemos concluir que após a saída da primeira turma da Escola Normal Oficial, em 1912, os professores do sexo masculino vão sendo substituídos pelas recém formadas normalistas, num processo que culminaria com a feminização do ensino primário piauiense.

A Escola Normal era tida em alto conceito pela sociedade piauiense, cujas famílias mais representativas do ponto de vista econômico e social, se empenhavam em matricular suas filhas. De 1910, ano da instalação da Escola Normal Oficial, até 1922, quando se processa a reestruturação do Ensino Normal, decorrente do Regulamento Geral do Ensino, foram diplomados 91 professores. As primeiras turmas concluíram o curso em 1912 e 1913, obedecendo ao currículo de três anos para conclusão do curso.

Ao longo de nossa investigação no Arquivo Público, localizamos o seguinte Relatório da Instrução Pública do Piauí:

[...] E tudo isso se deve à instituição da Escola Normal – matriz que é de todo o ensino primário. Ainda mais: foi ela o fator único da cultura intelectual feminina no Piauí, onde se limitavam os estudos da mulher à má aprendizagem das primeiras letras, ou curso primário.

Dos 91 professores formados, apenas um era do sexo masculino, tratava-se do professor Felismino Weser, e todos os outros eram do sexo feminino o que tornava evidente o preconceito discriminatório com relação ao magistério piauiense, que deveria ser exercido preferencialmente pela mulher.

Este modelo de ensino era inspirado nos exemplos norte-americano e europeu, onde no ensino primário a participação feminina era preponderante. Anísio de Brito, em trabalho publicado em 1922, nos diz que:

A preeminência, hoje, da mulher no magistério primário é proclamado pelos maiores sábios. O eminente pedagogo italiano André Angiulli, apoiado em Renam, diz que a educação sem o concurso da mulher é impossível. (BRITO,1922, pp. 62/63).

Para assegurar que o ensino primário chegasse também ao interior do Estado, haja vista que as professoras que residiam em Teresina não se interessavam em deixar a capital pelo interior, o Governo do Estado compromete-se com os líderes municipais em resguardar a matrícula das candidatas que fossem indicadas pelos municípios, contanto que os ditos municípios se comprometessem em custear todas as despesas com as futuras professoras, e após a conclusão do curso, as professoras regressariam para levar a educação às crianças dos seus respectivos municípios.

A instrução primária, que cumpre religiosamente difundir por todo o povo, depende essencialmente de professores habilitados e dedicados que não é fácil encontrar para as localidades centrais com a parca remuneração que o Estado lhes oferece; e por outro lado, os pais pobres, que residem no interior; longe da sede das vilas e cidades, não podem dar aos filhos esse precioso benefício. (FREITAS, 1988, p.91).

Claramente evidencia-se que mesmo com o esforço do poder público, desejoso em expandir o ensino primário piauiense, na Cultura para todo o Estado, somente a Escola Normal Oficial, não tinha condições de suprir a necessidade de capacitar todas as normalistas do Estado, para tanto foram criadas outras Escolas Normais no Piauí.

Sabemos, no entanto, que a Escola Normal Oficial é referência no Estado servindo como modelo para a criação das escolas normais de Parnaíba em 1928, de Floriano em 1930 e a do Colégio Sagrado Coração de Jesus (Teresina), em 1931.

Para uma melhor caracterização da emergência histórica da Escola Normal de Parnaíba faz-se necessário um breve comentário acerca do contexto histórico que perpassa todo o processo que gesta a dinâmica política, social e econômica da cidade de Parnaíba.

O Município está situado na microrregião do litoral piauiense, compreendendo uma vasta área de influência, considerada a segunda maior cidade do Estado do Piauí, Parnaíba ocupou lugar destacado no plano econômico piauiense, não só do ponto de vista geográfico, mas também econômico político e social. Estes elementos contundentemente favoreceram o campo educacional da cidade.

A este respeito, Lopes (2001, p.80), expressa que:

A interiorização da formação de professoras teve, contudo, que esperar até 1927 sendo iniciativa não do Governo Estadual, mas de um município que procurava se modernizar: Parnaíba. Município onde o extrativismo vegetal havia proporcionado o surgimento de uma burguesia comercial ligada principalmente às exportações e importações. Burguesia esta que procurou realizar uma ação eficaz no que considerava importante para a expansão de seus interesses econômicos: modernização da cidade com estradas, instrução e urbanização. [...] Parnaíba, na década de 1920, tornou-se a cidade do Piauí onde mais inovações ocorreram em educação. A municipalidade e a elite comercial, empenhadas em modernizar a cidade, realizaram uma série de ações na área educacional.

Todos esses aspectos são importantes em nossa análise para melhor delinear o papel desempenhado pelo projeto de modernidade, imbricado pelas municipalidades socioeconômicas, ativamente desenvolvidas ao longo do século XX no estado do Piauí, e de maneira especial no pós-1930.

Lopes (2001, p.83), argumenta ainda que:

[...] Do movimento de modernização da instrução resultaram, a partir de 1922, a criação do Grupo Escolar Miranda Osório, a remodelação e ampliação da rede escolar da cidade, a vinda do professor paulista Luiz Galhanone para dirigir a reforma da instrução municipal e a implantação do Ginásio e da Escola Normal. A última criada para responder à necessidade de pessoal qualificado para a expansão do ensino primário modernizado na região.

Assim é possível compreendermos a emergência histórica de criação da Escola Normal de Parnaíba, atrelada aos processos que primavam por uma modernização, re-elaborando e/ou ampliando setores estratégicos do tecido social, incrementando o potencial

desenvolvimentista urbano das emergentes elites em ascensão no contexto piauiense, assim como dinamizando os setores básicos de ofertas de serviços à população, com construção de estradas para um melhor fluxo de pessoas e mercadorias, dos sistemas urbano, de saúde e educativo.

Segundo Maria da Penha Fonte e Silva (1985), a Escola Normal de Parnaíba, na sua fase de fundação, assim se apresenta:

Em 11 de julho de 1927, foi fundada com o nome Escola Normal de Parnaíba, juntamente com o Ginásio Parnaibano, funcionando no bonito prédio da atual “Unidade Escolar Miranda Osório” localizado no início da Rua Grande, depois Rua Afonso Viseu, mais tarde Avenida João Pessoa, hoje (a importante) Avenida Presidente Vargas.

A fundação dos dois Estabelecimentos em Ensino Médio, ou seja, de Ensino Secundário em nossa terra já era necessária e, foi fruto do grande idealismo de um pugilo de homens, que tudo fazia pelo engrandecimento e pela pujança da terra-berço, e, ambos funcionando juntos eram voltados para a formação da Juventude naquela década tão carente de formação cultural.

E foram fundadores, pioneiros, superando todos os obstáculos, num grande rasgo de vontade forte e de idealismo os seguintes vultos: - José Pires de Lima Rebelo – o grande arauto, o grande batalhador, em suma – o paladino da instrução – Mirocles Campos Veras – cheio de amor pela terra-berço, pela grandeza da cidade – José Narciso da Rocha Filho – o Intendente Municipal de larga visão – Luiz Galhanoni, o ditador, o mestre paulista – Ademon Gonçalves Neves, o lente de inglês, o musicista de fina sensibilidade.

O reconhecimento e a regulamentação do Curso Normal, se deu logo em 1928.

A Escola Normal, portanto emerge deste processo. A este respeito é salutar mencionarmos ainda que a mesma foi equiparada à escola Normal de Teresina por força da Lei Nº 1196.

Por conseguinte, todo este processo é resultante da tentativa de interiorização do ensino normal, almejando a possibilidade da presença por todas as municipalidades do Estado, da professora normalista, tendo em vista ainda a insuficiência da escola normal da capital em não atender a toda a demanda e das próprias dificuldades das pretensas alunas em deslocarem-se para Teresina a fim de tornarem-se normalistas.

A Escola Normal de Parnaíba, assim com a de Floriano são, pois a tentativa de interiorização da ação formativa docente para atender às escolas primárias por todo o Estado do Piauí. Tal perspectiva é presente nas próprias falas governamentais, onde em 1926, o então governador João de Deus Pires Leal comenta que: “a instrução publica até 1926 era, como

sabeis, ministrada quasi que sómente na capital. Em 1927, porém, o governo municipal de Parnaíba deu-lhe um grande impulso alli.”²

O incremento empreitado pelas elites de Parnaíba, no processo de estruturação da escola normal, foi o pontapé inicial que culminaria no processo de interiorização da ação formativa de normalistas, embora devamos ainda salientar que a Escola Normal pertencia a rede privada de ensino, tendo porém em 21 de novembro de 1959, processo esse observado também em Floriano.

Neste sentido, Lopes (2001, p.89-90), afirma que:

Floriano, assim como Parnaíba ao norte, era o mais importante centro comercial do centro-sul do Piauí. Sua economia baseava-se, essencialmente, na exportação de produtos do extrativismo (principalmente borracha de maniçoba, cera de carnaúba e côco de babaçu). Essa condição fazia com que Floriano tivesse estreito relacionamento comercial com Parnaíba, que foi fator desencadeador da mobilização em torno da implantação de seu Liceu e de sua Escola Normal.

Embora a cidade de Floriano estivesse situada na região do estado com menor número de professoras normalistas atuando nas escolas públicas existentes, até a implantação da Escola Normal de Parnaíba não havia sido cogitada ainda a criação de curso normal naquela cidade.

[...] Em 1929, foi iniciado o movimento em torno da criação, nos moldes do de Parnaíba, do Ginásio e da Escola Normal de Floriano.

Vale ainda ressaltar que a Escola Normal de Floriano é equiparada à Escola Normal de Teresina, por força do Decreto Lei Nº 1.247. A este respeito o trecho deste Decreto, pontua que:

[...] Considerando que a Escola Normal de Floriano, pela sua localização em um ponto de Estado que é como um entreposto commercial, intellectual e social, é de grande efficiencia, porquanto nella poderão se titular professoras filhas dos municípios do Sul do estado;

Considerando que, nestas condições, fazendo a equiparação á escola Normal desta Capital, da Escola Normal de Floriano, ficará resolvido, ao menos em parte, problemas da instrucção no Sul do Estado.³

² PIAUHY, Governador (João de Deus Pires Leal). Mensagem Governamental apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí a 1ª de julho de 1929, pelo Governador, Exmo Sr. Dr. João de Deus Pires Leal. Teresina, Imprensa Oficial.(p.61).

Estas ideias são marcantes para o entendimento da emergência histórica das escolas normais do interior do Estado do Piauí, e conotam mais claramente o projeto histórico-educativo iniciado a partir de então.

Com o intuito claro de sanar as dificuldades de acesso e formação de normalistas para o atendimento da demanda do Estado e das dificuldades de acesso e locomoção para a Escola Normal de Teresina, e ainda, da relutância das normalistas uma vez tendo se formado na escola da capital, em dirigirem-se para as mais distantes municipalidades do Norte e do Sul do Estado, a Escola Normal de Parnaíba e a Escola Normal de Floriano, surgem com o intuito de sanar tais dificuldades, possibilitando dessa maneira a criação de uma alternativa para a problemática do ensino primário ofertado por professoras normalistas e não leigas, como se verifica por todo o Estado.

É necessário ainda, salientarmos neste processo, a emergência do ensino normal confessional desenvolvida pela Escola Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus.

Estes são elementos que no processo de constituição do Ensino Normal e do Ensino Primário do pós-1930, com o Estado assumindo de fato o gerenciamento da oferta destes serviços educacionais de cunho público e gratuito, inclusive com a consolidação do Ministério da Educação, irão nos proporcionar no Piauí, novas reflexões acerca da memória e da cultura histórico-educativa por nós pesquisada.

A formação e a prática docente das professoras não poderia ser compreendida, nesta pesquisa, sem uma necessária reflexão sobre a própria espacialidade, para onde as mesmas eram formadas, o *locus* da ação pedagógica das normalistas, ou seja, o espaço do Ensino Primário. A preocupação com a formação docente estava atrelada à necessidade de mão-de-obra preparada para tal fim.

O empreendimento do Ensino Primário justifica a necessidade de investimentos governamentais para a formação das normalistas. O projeto de qualificação docente, antes de qualquer coisa, era voltado necessariamente para a prática docente primária, ou ainda, resultando no que se poderia qualificar de um direito público de educação, no que concerne a um ‘padrão de cidadania educacional’, fruto da relação dos sujeitos políticos que se confrontaram no campo de decisão a educação, a partir de 1930.

³ PIAUHY. Leis e Decretos do Estado do Piauí, 1931.

No pós-1930 novas exigências e necessidades são colocadas como forma de intervenção do Estado em vários setores da sociedade, dentre eles a Educação, tendo clareza que não era mais possível continuar com a mesma política da República Velha, que se eximia completamente em relação ao ensino primário e profissional.

Nesse sentido o Regulamento de 1933, no que se referia à orientação do ensino, ordenava que os processos educativos fossem práticos e concretos e que promovessem a integração da criança ao meio físico e social, para isso, recomendavam a utilização do método intuitivo das conquistas da Escola Nova. A demanda social pela ampliação ou a expansão do Ensino Primário é um dos elementos que norteia o projeto de modernidade piauiense.

Podemos averiguar mais claramente tal perspectiva à medida, por exemplo, em que analisamos a Reforma do Ensino Primário de 1933, em seu artigo 197, onde o Ensino Primário tinha a responsabilidade de capacitar o educando para a vida social com uma função qualquer, contanto que economicamente produtiva. Tal averiguação melhor se percebe, quando fazemos um balanço quantitativo e qualitativo do corpo docente por todo o Estado do Piauí, nos dez primeiros anos decorridos, logo após reforma do Ensino Primário em 1933.

O ano de 1942, é extremamente significativo, pois, embora decorridos trinta anos de formação da primeira turma da escola normal oficial e depois de mais de uma década das outras escolas normais piauienses terem sido criadas, o quadro da formação de educadores normalistas, ainda é preocupante em todo o Estado.

É pertinente ainda, salientarmos que, a partir da análise dos dados acima, e relacionando-os a emergência histórica das escolas Normais de Teresina, Parnaíba e Floriano, abordados ao longo desta pesquisa, o percentual de professores normalistas é em relação as municipalidades, insipiente. Sendo que em alguns Municípios observamos a ausência de professoras normalistas, como o caso do município de Gilbués, Parnaguá, Santa Filomena e Socorro, enquanto em Teresina, observamos a presença de 174 professoras normalistas, em Parnaíba 60, em Floriano 29, o que conota claramente o desenvolvimento desigual e combinado do processo histórico-educativo no Estado do Piauí.

A preocupação com estradas e escolas tornar-se corriqueiras e o Ensino Primário Rural apareceu também como uma preocupação central, principalmente no referente ao Ensino Público Primário Rural, cuja expressão maior de ensino eram os mestres-escolas.

Os mestres-escolas que simbolizavam uma fase anterior às inovações do ensino na região, em uma época onde tudo era de difícil acesso, principalmente nas regiões distantes dos

povoados, fazendas e sítios, gradativamente foram sendo substituídos pelas professoras e professores do Governo.

Todo este processo foi, como já citamos, gradual e heterogêneo, tendo suas especificidades, variando de Região, Estado e/ou Município.

Em Esperantina, por exemplo, a dinâmica educativa, até o início da década de 1930, era incipiente, tendo como alternativa para a ausência de uma política pública direcionada ao serviço educativo a figura do mestre-escola, que também era peça rara, disputados pelas famílias para assumirem a responsabilidade pela educação de seus filhos e netos.

Antônio Sampaio Pereira (1996, p. 16, 21), sobre estes mestres nos relata:

[...] aqui no Retiro, figuravam eles, tanto quanto pode figurar um magnífico reitor de qualquer universidade dos dias hodiernos. E, dentro das limitações do possível, é bem provável que ambos fossem mais necessários do que um magnífico reitor, dado a correria dos que hoje em dia disputam de maneira infrene as minguadas reitorias, e a escassez de mestre-escola, naquele tempo [...] naquele tempo, um mestre era um verdadeiro achado e quem tivesse a sorte de ter um à mão, nunca ousava desgosta-lo, nem que fosse por força de um motivo forte. Ao mestre dava-se **carta branca** e, contrariá-lo com a supressão de tais prerrogativas, seria uma temeridade.

Em entrevista com a professora Patrocínio Fortes, rememorando sua infância, ela afirma que também foi educada por um mestre-escola. Relata que era mesmo difícil encontrar um disponível, dizendo que naquela época em sua região, era necessário que o mestre-escola seu professor se revezasse seis meses no Bananal de Baixo e outros seis meses no Bananal de Cima, para poder escolarizar as pessoas das duas localidades.

A figura do mestre-escola apesar de presente também no espaço urbano de Esperantina, era bem mais freqüente na zona rural, onde iam “disarnando” a garotada da forma como fosse possível e na maioria das vezes com métodos que para nós hoje parecem esdrúxulos, mas que se contextualizados à dinâmica espaço-temporal específica é plenamente compreensiva.

Métodos “violentos” e “autoritários” típicos da chamada “pedagogia do terror”, Pereira (1996, p. 25), assim comenta:

[...] E se o sujeito era mesmo **tapado**, sendo incapaz de **resolver direito** a lição de leitura e a escrita, Mestre Belarmino⁴ punha-o de quatro-pés no

⁴ “Mestre Belarmino Bola-de-Ouro, professor que desfrutava o privilégio de ser um grande **disarnador de minino**, destacando-se e sendo preferido, mais pela fama de ser um mestre carrasco, do que pela sapiência, propriamente dita.” (PEREIRA, 1996, p. 16).

meio da sala, a fim de ser cavalgado por um discípulo **mais aberto**, que o **esporeava** com os calcanhares nos vazios, mostrando aos outros a quem passava, que o pobre coitado era mesmo burro.

Some-se a este exemplo, puxadas de orelhas, palmatórias de fazer “molhar as calças”, ficar de joelhos em cima de milho e no sol, entre outros eram uma constante.

A figura da professora leiga, nesse âmbito manifesta-se como uma fase intermediária ao processo de institucionalização do ensino, tendo em vista, as gritantes dificuldades de múltiplas ordens em de fato, democratizar o ensino primário e, ao mesmo tempo, este sistema de ensino ter como docente a professora normalista.

É preciso ainda, destacarmos a permanência da figura da professora leiga perpetua-se para além das expectativas oficiais. O fato é que a realidade educacional brasileira e em especial a piauiense, atrelada às sérias dificuldades socioeconômicas e políticas, reafirmam a necessidade da docência em nível primário da figura da educadora leiga.

A título de esclarecimentos, vale explicarmos um pouco a manifestação desta atividade docente. A professora leiga, era aquela que em geral havia tido a oportunidade de ser educada ou por um mestre-escola, ou ainda por ter estudado nas emergentes escolas públicas primárias agrupadas e singulares que por todo o Estado do Piauí, nos principais núcleos populacionais, gradativamente, ao tempo em que objetivavam a institucionalização da Norma Culta da Língua, com uma rede de ensino uniformizada, buscava gerar uma nova cultura popular. Sendo algumas destas escolas, com professoras normalistas, estas alunas-professoras improvissadas, contribuíram profundamente para o projeto de expansão do sistema de ensino público primário ao exercerem o ofício da docência nas chamadas escolas isoladas rurais.

Somente a partir da década de 1930 é que a cidade de Esperantina, tomada por nós como exemplo, tem sua primeira professora Normalista, a professora Maria de Jesus. Vale lembrar que a Escola Normal, na Republica Velha foi para o Brasil uma verdadeira oficina de formação de professores, que abasteciam cultural e tecnicamente os grupos escolares e as escolas isoladas.

A professora Maria de Jesus, formada pela Escola Normal de Teresina, foi a primeira professora Normalista a lecionar na Vila Boa Esperança, hoje Esperantina, sendo também diretora da Escola Agrupada David Caldas que foi a primeira Escola Pública Primária construída nesta cidade. Dona Maria de Jesus, como se observa nos relatos, foi a inspiração de muitas outras professoras que trabalharam nas escolas isoladas rurais de Esperantina. Estes

elementos acrescentaram ainda mais o balanço da história e da memória da Educação do povo piauiense.

O populismo educacional de Vargas e a Segunda República democratizaram tardiamente o acesso aos serviços educacionais, deformando o método e rebaixando a qualidade. Foi ensinado ao povo o caminho da escola, mas não foi oferecida uma verdadeira escola; podendo-se perceber claramente esta deficiência nos relatos, quando as professoras depoentes comentam a forma como se tornavam professoras, a estrutura das salas de aula e comentam sobre os recursos didáticos disponíveis.

Segundo a professora Pinheira:

Vivíamos do trabalho de Papai, por vezes trabalhávamos em uma coisa ou outra para poder nos vestir, porque ele era gente pobre, não podia dá tudo, então a gente ia trabalhando assim numa coisinha que ia aparecendo, foi nesse tempo, que eu me empreguei na Escola David Caldas, passei uns anos lá, neste tempo a professora era Maria de Jesus de Carvalho de Amorim, que era de seu Joaquim Batista.

Isso era em 1939 para 1940, eu passei lá alguns anos trabalhando como zeladora, o Compadre Diniz me chamou e perguntou se eu queria o emprego, aí eu disse que sim ao compadre, pois papai era pobre e a gente precisava trabalhar, então ele me deu o emprego e eu fiquei trabalhando lá.

No David Caldas eram professores: Maria de Jesus, a Comadre Rosinha, Maria Luiza Teles, e uma sobrinha do Padre Alencar, tudo muito amiga, era uma coisa demais, todas comigo.

Em 1939, quando comecei a trabalhar, só havia estudado o quarto ano, era o que tinha aqui em Esperantina, eu estudei com a professora Maria de Jesus, ela foi a nossa professora, foi uma amiga muito exemplar, graças a Deus ela era muito boa com nós, com todos lá em casa ela se dava.

Eu trabalhei esses anos lá no David Caldas, então faltou uma professora na Malhada do Meio, ela faleceu, era a professora Maria Isabel, nesse tempo o Compadre Diniz me chama, eu era mocinha ainda, tinha uns 18 anos, aí ele me chamou e perguntou se eu queria ir para a Malhada do Meio, porque eu ganharia mais, eu disse que queria, pois já tinha alguém da minha família por lá, fui e lá passei dez anos.

Isso foi em 1943, quando eu cheguei lá, na escola Isolada de Malhada do Meio, fiquei lecionando em uma casinha de palha, com uma sala grande, tinha aqueles banco grandes compridos, uma mesa muito grande, uma lousa da outra professora, um quartinho de botar as coisas da escola e um depósito, uma casinha muito simples, com paredes de barro e piso bruto bem aterrado, tinham muitos alunos, eu não me lembro a média de alunos, mas eu tinha muitos, assim uns 40, mas mulheres do que homens

Eu ensinava até o 4º ano, os alunos eram tudo juntos, eu fazia a divisão de 1ª, 2ª e 3ª, mas que lecionava tudo junto porque não tinha onde eu colocasse, tinha uma mesa muito grande, aí eu botava uma parte para escrever e a outra parte eu botava para ensinar as lições, quando aqueles terminavam, eu já estava botando os outros.

Às vezes quando eu ia passar as férias em Teresina eu ia na Secretaria de Educação e pedia material, tinha pessoas amigas lá, aí me entregavam, e eu mesma trazia aqueles cachões de material, eram livros, os livros mais atrasados para aqueles meninos mais atrasados e era mais adiantado para os meninos mais adiantado, a gente ia fazendo a divisão pra eles, eram cadernos, lápis, giz, borracha, eram essas coisas que mais precisa. Tinha também merenda que vinha de Teresina e era feita por uma mulher que morava na casa onde ficava a sala da escola, que era de um sobrinho da minha mãe, Antônio Zeti, que é dessa gente do seu Odilon, dono do terreno.

Ou ainda, como acrescenta a Professora Maria Evangelista Torres:

Eu me tornei professora assim, a Dona Rosalina foi a primeira professora de lá da Chapada da Limpeza, era uma cearense parente do Tenente Diniz, que era o Prefeito, ele trouxe ela pra lá, mas ela se deu mal, só ficou 1 ano e depois foi a Dona Tetê do finado Clarindo, não lembro o ano exato disso, mas ela ficou por lá uns dois anos [...]

A escola foi pra lá, porque o seu Manoel Lages, que era o proprietário da terra, ele era quem mandava lá, tinha uma loja grande de tecidos, cereal, tudo o que precisasse tinha. Tinha domingo que tinha açougue de carne, eu vinha aqui só para receber dinheiro, tudo era resolvido por lá mesmo. Ficava na casa que hoje ta derrubada, comprava muito coco e vendia muito, ele mandava em tudo, se ele falasse assim: bota outra professora ai só pra ela ficar ganhando dinheiro, botava. Era ele quem, mandava, seu Manoel Lages, eu me lembro, ele tinha muito poder [...]

Eu comecei a trabalhar como professora em 1945, minha mãe pediu ao Compadre Diniz que era Prefeito um emprego para mim, ele disse que eu não podia ser professora porque eu não tinha ainda idade para votar, nesta época eu tinha 17 anos, ainda era mocinha. Quando eu peguei a escola não tive nenhuma preparação anterior, só depois nós viemos fazer um curso [...]

Mesmo assim ele me deu a escola, para que eu fosse professora, colocaram no nome de minha mãe, eu morava na localidade de Cabo Verde e fui ensinar na localidade Chapada da Limpeza, o grupo era de palha e as paredes de barro, com um piso aterrado, as aulas começavam as 7:00 h e iam até as 11:00, a escola ficava mais ou menos 1 Km de distância de minha casa. Eu dava aula na 1ª e 2ª séries, que era tudo misturado para uns trinta meninos, tinha os cadernos da Prefeitura, tinha giz, lousa, as Cartilhas era a Prefeitura que dava, dava lápis, caderno, giz [...]

Claramente percebe-se os diferentes caminhos do tornar-se professor, o que denota o grau de complexidade da prática docente e o que delineia, portanto, a necessidade concreta de uma discussão mais refinada acerca do papel dos docentes e uma retrospectiva historiográfica dos sentidos de seus trabalhos em sala de aula, com os alunos e com a cultura local. A “democratização” do ensino, entre outras inovações históricas manifestou recuos e avanços, vitórias e derrotas, que duramente mutilaram os ideais liberais republicanos, mas que de fato contribuíram para o chamado “progresso” da nação.

O Ensino Primário, assim, tinha como função primordial ser o centro de integração social da criança, buscando oferecer-lhe educação básica que lhe propiciasse o desenvolvimento físico, mental e moral, preparando-o ao exercício da cidadania.

Entretanto, como já pontuamos, é necessário destacar que permanece presente ainda, a figura do mestre-escola e do professor leigo no exercício da docência de nível primário, no pós-30, o que nos revela por conseguinte o caráter heterogêneo da oferta de serviços educacionais.

Este movimento histórico de permanências e rupturas no sistema educacional, fruto do processo dialético de constituição de uma nova cultura escolar no pós-30, vislumbrava a institucionalização do projeto de modernização dos costumes. O principal instrumento para tal fim era a aplicação dos parâmetros da Norma Culta da Língua, o que conseqüentemente iria “capacitar” aos que tivessem acesso à moderna rede de relações educacionais. Esta dinâmica objetivava a qualificação de multiplicadores dessa nova cultura, que capacitados pelas escolas normais, na condição de docentes e dissolvidos no sistema primário de ensino, seriam os soldados do ABC.

Este processo que fez e refez os sentidos do fazer histórico do povo piauiense, ora rememorado através da análise da cultura escolar piauiense, entre os anos de 1930 a 1960, e seu processo de interseção com a cultura popular, culminou em uma verdadeira revolução cultural. Este processo inédito para a historiografia piauiense e de integração ao projeto nacional, vivenciado, detectado e narrado por esta pesquisa, resultou em uma metamorfose sócio-cultural que embalou os modos de ser e de estar de múltiplos sujeitos.

Referências

- BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. – 7 ed. – São Paulo, 1994. (obras escolhidas, vol. I).
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.
- CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres Plurais**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.
- FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no Piauí republicano**. – Teresina, 1996.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de paradigma indiciário. In: **mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- LEITE, Sérgio Celani. Escola rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999. – (Coleção questões da nossa época; v.70).
- LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Superando a pedagogia sertaneja: grupo escolar, escola normal e modernização da escola primária pública piauiense (1908-1930). Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal do Ceará, 2001.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- PEREIRA, Antônio Sampaio,. **Velhas escolas: grandes mestres**. Teresina, COMEPI, 1996.
- PIAUHY, Governador (João de Deus Pires Leal). **Mensagem Governamental** apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí a 1ª de julho de 1929, pelo Governador, Exmo Sr. Dr. João de Deus Pires Leal. Teresina, Imprensa Oficial.(p.61).

PIAUHY. **Leis e Decretos do Estado do Piauí**, 1931.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

SILVA, Maria da Penha Fonte. A Escola Normal Francisco Correia e sua História. In. **Almanaque da Parnaíba**. Ano LXI. 1985.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Depoimentos

Maria Pinheiro Castro. Entrevista concedida a Roberto Kennedy Gomes Franco, outubro de 2002.

Francisca Evangelista Torres. Entrevista concedida a Roberto Kennedy Gomes Franco, outubro de 2002.

Isabel Rosina de Oliveira. Entrevista concedida a Roberto Kennedy Gomes Franco, outubro de 2002.